

ÍNDICE

<i>Apresentação de Stéphane Rials</i>	XIII
<i>Advertência quanto às notas</i>	LXXV
<i>Prefácio à quarta edição do texto mimeografado (1975)..</i>	LXXVII

PRIMEIRA PARTE

A FILOSOFIA DO DIREITO NOS TEÓLOGOS DO CRISTIANISMO (1)

Introdução.....	3
I. Indicações gerais sobre a história da filosofia do direito	3
<i>O que é a filosofia do direito? Sua razão de ser. Seu objeto.</i>	4
<i>A história das doutrinas como método de iniciação à filosofia do direito</i>	7
II. Apresentação do curso. A filosofia do direito nos teólogos do cristianismo	10
TÍTULO 1 – OS PRECEDENTES DA ANTIGUIDADE GREGA, ROMANA E JUDAICA.....	15
Capítulo I – As origens da filosofia do direito grega	15
<i>Período arcaico</i>	17
<i>Crise do século V</i>	18
<i>Reação de Sócrates.....</i>	20

Capítulo II – A filosofia do direito de Platão	21
I. A definição do direito.....	24
II. As fontes do direito	28
<i>Fontes do conhecimento do justo</i>	29
<i>Teoria das leis positivas</i>	33
Capítulo III – A filosofia do direito de Aristóteles	38
I. A definição do direito.....	40
<i>Objeto da justiça: a distribuição</i>	41
<i>Campo de aplicação: o dikaion politikón</i>	44
<i>Distinção entre direito e moral</i>	45
II. As fontes do direito: 1. O direito natural de Aristóteles.....	47
<i>Os princípios</i>	48
<i>Aplicações</i>	50
III. As fontes do direito: 2. Teoria das leis positivas.....	54
<i>Da necessidade das leis</i>	54
<i>Gênese da regra de direito</i>	58
<i>Valor e autoridade das leis positivas</i>	60
<i>Teoria da equidade</i>	62
Capítulo IV – Os princípios do direito romano	66
I. Estoicismo, platonismo e direito romano	67
II. Aristotelismo e direito romano	70
TÍTULO 2 – A TEOLOGIA CRISTÃ E A FILOSOFIA DO DIREITO DO SÉCULO V AO SÉCULO XIII	75
Capítulo I – A doutrina do direito de santo Agostinho	75
I. A autoridade das leis profanas	86
<i>A injustiça das leis profanas</i>	86
<i>A obediência às leis profanas</i>	89
<i>Os motivos de obediência</i>	91
II. O primado da justiça cristã.....	95
<i>Fontes do direito cristão</i>	95

<i>Natureza e conteúdo do direito</i>	100
<i>O Estado cristão como superação</i>	106
Capítulo II – De santo Agostinho a são Tomás.....	108
I. O agostinismo jurídico.....	109
<i>Fontes do direito</i>	110
<i>Fronteiras e natureza do direito</i>	115
II. A revolução escolástica	117
<i>A renascença do direito romano</i>	118
<i>A renascença da filosofia e a metamorfose dos estudos</i> ..	122
Capítulo III – A doutrina do direito de são Tomás.....	131
I. A doutrina do direito natural.....	139
<i>A gênese do direito natural</i>	141
<i>Os limites do direito natural e a teoria da lei positiva</i>	147
II. As contribuições da fé cristã	154
<i>Os princípios</i>	155
<i>As aplicações</i>	161

SEGUNDA PARTE

A FILOSOFIA DO DIREITO NOS TEÓLOGOS DO CRISTIANISMO (2). RUMO AO PENSAMENTO JURÍDICO MODERNO

TÍTULO 1 – O FRANCISCANISMO E O DIREITO. AS FONTES ESCOLÁSTICAS MEDIEVAIS DO PENSAMENTO JURÍDICO MODERNO	171
Capítulo preliminar – Sobre a filosofia jurídica moder- na: laicidade e individualismo	172
Capítulo I – A modernidade da doutrina jurídica de são Tomás	181
I. O advento da doutrina.....	183
<i>A visão clássica da natureza</i>	184
<i>Consequências práticas</i>	188

II. O advento da lei	191
<i>A necessidade da lei segundo a doutrina do direito natural</i>	192
<i>Conseqüências práticas</i>	196
Capítulo II – A escola franciscana e a filosofia de Duns Escoto.....	198
I. Orientações da escolástica franciscana.....	199
<i>A filosofia de Duns Escoto</i>	201
<i>Os textos de Duns Escoto sobre o direito</i>	208
II. Pobreza franciscana e direito	212
<i>As intenções do fundador</i>	213
<i>A juridicização da ordem</i>	216
<i>Os problemas jurídicos do franciscanismo</i>	218
Capítulo III – A filosofia jurídica de Guilherme de Ockham.....	221
I. A vitória do nominalismo	225
II. O positivismo jurídico de Guilherme de Ockham.	234
<i>Textos gerais sobre a lei e o direito naturais</i>	234
<i>O método do Breviloquium</i>	241
III. A gênese do direito subjetivo em Guilherme de Ockham	250
<i>A noção do direito subjetivo e o sistema do direito natural</i>	252
<i>O jus do direito romano clássico</i>	255
<i>A pré-história da idéia do direito subjetivo</i>	261
<i>Uma teoria ockhamiana do direito subjetivo</i>	265
<i>Os fundamentos do direito subjetivo na filosofia de Ockham</i>	279
Conclusão sobre a escolástica da Idade Média.....	288
TÍTULO 2 – REFORMA PROTESTANTE E REFORMA CATÓLICA	299
Capítulo I – A Reforma protestante.....	301
I. Lutero e o direito	304

<i>A depreciação do direito</i>	309
<i>O abandono do direito natural clássico</i>	317
<i>O positivismo jurídico de tipo luterano</i>	322
II. Calvino e o direito	333
<i>A ética social de Calvino</i>	339
<i>A doutrina calvinista do direito</i>	351
Capítulo II – A filosofia jurídica da Reforma católica ...	364
I. Generalidades sobre a escolástica espanhola	366
<i>A restauração do tomismo</i>	369
<i>O retorno ao direito natural, suas conseqüências e sua influência</i>	371
<i>Infidelidades a são Tomás</i>	379
II. Francisco de Vitoria.....	381
<i>O desenvolvimento do jus gentium</i>	383
<i>A doutrina da propriedade</i>	389
III. Francisco Suárez.....	393
<i>Intenções políticas, teologia e filosofia de Suárez</i>	394
<i>A doutrina suareziana do direito: 1. Direito e lei</i>	405
<i>A doutrina suareziana do direito: 2. Direito natural e direito das gentes</i>	411
<i>A doutrina suareziana do direito: 3. O direito positivo</i>	416

TERCEIRA PARTE

O PENSAMENTO JURÍDICO MODERNO

TÍTULO 1 – O HUMANISMO E O DIREITO	425
Capítulo I – A renascença das filosofias helenísticas ...	436
I. A filosofia do humanismo e seus componentes.....	436
<i>O retorno às fontes antigas: o primado das fontes helenísticas</i>	439
<i>A conjunção das doutrinas do humanismo com o pensamento jurídico</i>	449
II. O estoicismo, Cícero e o direito natural.....	454

<i>A justiça estóica e o direito</i>	458
<i>Da "natureza" segundo os estóicos</i>	464
<i>Para uma nova definição do direito natural</i>	469
III. O estoicismo ciceroniano e as fontes do direito	472
<i>Natureza humana, razão humana e direito</i>	472
<i>O triunfo da lei</i>	480
IV. O estoicismo ciceroniano, o conteúdo do direito e o direito romano	486
<i>As regras fundamentais do direito segundo Cícero</i>	487
<i>Estoicismo, aristotelismo e direito romano</i>	496
V. A renascença dos ceticismos	507
<i>As filosofias céticas</i>	509
<i>Ceticismo e direito</i>	512
VI. A renascença do epicurismo	522
<i>Do epicurismo</i>	524
<i>Do epicurismo jurídico</i>	528
Capítulo II – A jurisprudência humanista	534
I. Algumas contribuições do humanismo à ciência jurídica moderna	534
<i>Teoria das fontes: 1. A ascensão do racionalismo</i>	540
<i>Teoria das fontes: 2. A questão do direito romano</i>	547
<i>Estrutura exterior do direito: a sistematização</i>	553
<i>Conteúdo do direito: o novo papel do direito subjetivo e das máximas gerais</i>	570
TÍTULO 2 – A ÉPOCA DE DESCARTES	581
Preâmbulo – Sobre a filosofia na primeira metade do século XVII	581
<i>A ciência moderna</i>	586
<i>Francis Bacon</i>	592
<i>Pascal</i>	597
<i>Descartes</i>	599
Capítulo I – Primeiros sistemas do racionalismo jurídico	612

I. A obra jurídica de Althusius	612
<i>O direito na Política de Althusius: comunidades simbióticas e teoria das fontes</i>	616
<i>O tratado Dicaeologicae. Método e sistema. Rumo ao direito subjetivo</i>	621
II. Grócio e o direito.....	630
<i>A doutrina das fontes no Direito da guerra e da paz: laicização e moralização do direito</i>	646
<i>O sistema de Grócio: regras gerais e direitos subjetivos.....</i>	656
 Capítulo II – Thomas Hobbes e a fundação do positivismo jurídico	674
I. A teoria das finalidades do direito (o direito do indivíduo em Hobbes)	686
<i>O direito do indivíduo</i>	689
<i>A primazia do direito subjetivo</i>	703
II. A doutrina das fontes do direito (Hobbes e a noção de lei)	720
<i>O papel da lei natural</i>	727
<i>A lei civil e o positivismo jurídico</i>	739